

Análise reflexiva sobre as influências dos organismos multilaterais nas políticas de avaliação da educação superior no Brasil

A Reflexive analysis of the influences of multilateral organizations on Brazilian higher education evaluation policies

DOI:10.34117/bjdv7n2-582

Recebimento dos originais: 25/01/2021

Aceitação para publicação: 25/02/2021

Henrique Yung Delbem

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdU
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Cidade
Universitária, CEP: 78.200-000 - Cáceres/MT – Brasil.
E-mail: henriqueyung@hotmail.com

Elizeth Gonzaga dos Santos Lima

Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEdU,
Instituição: Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) - Cidade
Universitária, CEP: 78.200-000 - Cáceres/MT – Brasil.
E-mail: elizeth@unemat.br

RESUMO

O presente artigo analisa reflexivamente as influências dos organismos internacionais sobre as Políticas Educacionais implantadas no Brasil com foco no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES. Traçaremos considerações sobre o SINAES e manifestações interventivas dos organismos multilaterais nas Políticas de Avaliação. As análises apontam que o estado se torna um organismo ávido por avaliar, controlar e regular as ações das esferas que o compõem ao se entregar às premissas ideológicas e políticas de organismos multilaterais. Nessa contextura o SINAES na prática das IES manifesta-se como uma estratégia estatal de regulação e controle a serviço de uma ordem internacional.

Palavras-Chave: SINAES, Educação Superior, Políticas de Avaliação.

ABSTRACT

This article reflexively analyzes the influence of international organizations on educational politics implemented in Brazil focused on the National Assessment System of Higher Education. We trace considerations of the system and interventional manifestations of multilateral organizations in the Evaluation Politics. The analyzes show that the state becomes an avid organization to assess, control and regulate the actions of the realm that compose it to surrender the ideological and political assumptions of multilateral organizations. In this context, this process in practice of the higher education institutions manifests itself today as a state regulatory strategy and control the service of an international order.

Keywords: SINAES, Higher Education, Evaluation Policies.

1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais na contemporaneidade estão cada vez mais proeminentes e profundamente estabelecidas no modo de produção capitalista determinando o movimento do mercado, transações econômicas e, por conseguinte, influenciam a agenda das políticas públicas e sociais, que são elaboradas e implantadas levando em consideração as diretrizes dos diversos organismos externos. Peroni (2003, p. 110), afirma que “quase todos os últimos acordos assinados entre o Brasil e o Banco Mundial tiveram um componente de avaliação educacional, visando verificar a efetividade das ações geradas nos Projetos”.

Pensar em questões sobre políticas públicas e sociais, nos remete a um ponto de análise complexa e multifatorial, o qual demanda amplo juízo sobre os reais significados e as necessidades legítimas de implementação legal, relacionadas à ordem social e econômica determinadas pelas políticas de modo geral. As Políticas de Educação fazem parte do rol de ações estratégicas do estado para controle e regulação do Sistema Educacional Nacional, o qual é tido hoje como uma estrutura fundamental para o desenvolvimento político, econômico, social e cultural da nação.

Como aborda Shiroma, Moraes, Evangelista (2007, p. 7), políticas se referem “à atividade ou ao conjunto de atividades que, de uma forma ou de outra, são imputadas ao estado moderno capitalista ou dele emanam”. Nessas estão concentradas as Políticas Sociais, nesse texto destacando as políticas educacionais.

O cenário atual de internacionalização, globalização, mundialização do capital como sustentação de um projeto neoliberal global, mostra claramente uma lógica imperativa nas relações internacionais de cooperação e também de intervenção político-legal incorporadas pelos países ligados aos organismos internacionais financiadores, como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, OCDE, dentre outros. Esse cenário tem interferido na formulação das políticas públicas e tem sido um extenso campo de investigação sobre as interferências dos organismos multilaterais na autonomia deliberativa política dos países coligados.

Aqui iremos tratar o Neoliberalismo como uma ideologia político-econômica, uma forma de ver o mundo social e uma corrente de pensamento, o qual trabalha com transformações nos ideários sociais, com diversos recursos, que prega um diagnóstico negativo para as ações do estado, e por conseguinte institui uma receita salvacionista de reformas orientadas para e pelo mercado, que liberta o capital dos controles civilizadores (MORAES, 2001, p. 28, 29).

A integração de um país a um organismo multilateral, como podemos fazer alusão ao Banco Mundial, se dá através de contratos de cooperação internacional entre as partes envolvidas, principalmente através de acordos que objetivam oferecer “auxílio” financeiro, que visam subsidiar e financiar projetos de desenvolvimento infraestrutural, energético, científico-tecnológico e também econômicos e sociais. Porém os “acordos” ou “empréstimos”, somente são concretizados através de análises realizadas por agentes (consultores) dos organismos externos, nos países que irão receber o financiamento. Os acordos de cooperação com financiamentos, normalmente estão associados a um processo de avaliação visando o controle e ajustes da ação financiada.

As consultorias externas previstas nos acordos internacionais tem o intuito de fazer um diagnóstico na economia do país tendo como foco essencial propor - impor - ajustamentos políticos-legais relacionados fundamentalmente à confiabilidade do país que irá se tornar “devedor”, verificando as condições para o pagamento da dívida que irá adquirir. E caso o país que recebeu o subsídio, não cumpra a liquidação dos débitos adquiridos, diversas sanções punitivas poderão ser aplicadas, tendo como principal foco um realinhamento político-legal em diversos setores principalmente produtivos e econômicos para a amortização futura da dívida.

A educação, nesse contexto, tem um papel fundamental para os atores que pregam a ascensão das economias das nações mundiais, e faz parte das agendas internacionais e também nacionais, como a grande “facilitadora” e “promotora” de desenvolvimento econômico, tecnológico, social e cultural. Estes creem veementemente que por meio da educação uma pátria pode incontestavelmente obter transformações significativas em diversos aspectos, as quais irão engendrar desenvolvimento em todos os setores econômicos e sociais. No Brasil, temos hoje o discurso intensamente propagado do governo, que tem como mote fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país, a afamada “Pátria Educadora”.

Essas questões levantadas instigou a produção desse artigo trazendo análises reflexivas sobre as Políticas de Educação no Brasil, tendo como foco as Políticas de Avaliação da Educação Superior, as quais emergem no ideário neoliberal no contexto de mundialização do capital como ordem internacional que definem as políticas para a educação em todos os seus níveis, tendo em vista os novos moldes de relações internacionalizadas, que fazem parte do perfil globalizado do mundo.

2 CONTEXTOS GERAIS SOBRE AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A instituição da avaliação na educação superior é um preceito constitucional, sem ferir a autonomia institucional. Em relação a autonomia das IES o Art. 207 da Constituição Federal e o Art. 53 da Lei 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) reitera que as universidades gozam de autonomia didático-pedagógica e administrativa, e dispõe no Art. 9, Incisos VII, VIII e IX sobre as incumbências da União de “baixar normas gerais sobre os cursos de graduação e de pós-graduação”, “assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior” e, “autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições superiores”.

A par do que a lei estabelece sobre o gozo de autonomia e sobre a incumbência da União de baixar normas gerais que garantam o caráter público e o direito social da educação com qualidade, fica claro que as “normas específicas” para funcionamento e gestão acadêmico-administrativa que apontam para a qualidade dos serviços prestados à sociedade, são de competência das instituições, exigindo, portanto, mais planejamento e integração de toda a comunidade acadêmica, conforme salienta Carneiro (1998, p.68).

Na perspectiva neoliberal em que emergem os processos de avaliação em larga escala, a ética que sustenta a preocupação com a qualidade na educação atinge duas dimensões: a da aceitabilidade do produto educativo conforme as expectativas de empregabilidade no mercado de trabalho e a de credibilidade social expressa em princípios de gestão acadêmico-administrativa pautados no desenvolvimento cognitivo, na ética, nos valores socioculturais expressos em normas, regulamentos e leis que garantam a autonomia das instituições.

Na área educacional, considerando a crítica de Carneiro (1998, p. 68) sobre o Inciso VIII, da LDB, a avaliação das instituições de Educação Superior constitui fato positivo, dadas as responsabilidades sociais e públicas destas instituições que exige o envolvimento de todos os atores sociais da comunidade educativa no processo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento de ações para a excelência de qualidade educacional perpassa a avaliação integrada ao planejamento de ações pedagógicas voltadas para a avaliação da aprendizagem e a corresponsabilidade acadêmico-administrativa da gestão com a avaliação.

O cenário atual voltado para a avaliação da educação superior impõe a adesão obrigatória das instituições ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação superior (SINAES), na medida em que este conjuga avaliação com os atos regulatórios da IES e

dos Cursos, numa relação de interdependência. O SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, propõe a avaliação de três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Na perspectiva de acreditação como sistema de avaliação e certificação da qualidade da educação superior, o SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno do tripé de sustentação da educação superior: o ensino, a pesquisa e a extensão, determinando corresponsabilidade social para atingir um conceito ordenado numa escala com cinco níveis de representação do desempenho dos alunos, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações e vários outros aspectos interrelacionados que juntos garantem a autorização, reconhecimento, credenciamento, supervisão e avaliação dos cursos e o credenciamento das instituições de educação superior, constituindo a função de conceder os atos regulatórios.

Os resultados da avaliação realizada pelo SINAES passam a compor um banco de dados que subsidiará os processos de regulação das instituições avaliadas. Esses processos compreendem: os atos autorizativos de credenciamento de Instituição de Ensino Superior - IES, autorização e reconhecimento de cursos e atos regulatórios que condicionam o credenciamento da IES e renovação de reconhecimento de cursos junto ao MEC.

As IES que obtêm resultados insatisfatórios celebram um protocolo de compromisso firmado com o MEC, no qual se estabelecem encaminhamentos, procedimentos e ações, com indicação de prazos e métodos a serem adotados pela IES para a superação das dificuldades.

Com foco no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), que integra o SINAES, e que tem como objetivo mensurar o desempenho dos alunos em relação à aprendizagem dos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, e as habilidades e competências em sua formação, percebem-se nas Matrizes de Referências para o ENADE padrões de qualidade estabelecidos por especialistas, com o objetivo de expressarem com maior fidedignidade o desempenho de aprendizagem dos alunos alicerçado por ações pedagógicas de inovação.

Essas Matrizes de Referência do ENADE tem se tornado o documento norteador para elaboração das Matrizes Curriculares dos Cursos, que procuram adequar conteúdos trabalhados em sala de aula com conteúdos para elaboração da prova ENADE. A nosso ver, de certa forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos acabam ficando em

segundo plano pela instituição. Apesar de entendermos que as Matrizes de Referência do ENADE estão sustentadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos, na IES o que precisa ser balizador são as DCNs.

O SINAES define 10 dimensões de avaliação interna e externa: missão do PDI, política para ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão, responsabilidade social da Instituição de Ensino Superior - IES, comunicação com a sociedade, políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e técnico-administrativo, organização de gestão da IES, infraestrutura física, planejamento de avaliação, políticas de atendimento aos estudantes e sustentabilidade financeira. Reorganiza para avaliação dos cursos três dimensões de avaliação: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e instalações físicas, a avaliação dos estudantes, através do ENADE, passa a ser o balizador de todas as dimensões da avaliação da educação superior, promovendo um ranking universitário nacional que indica qualidade.

Conforme a Nota Técnica nº 065 de 2015, as dez dimensões propostas no SINAES, foram reorganizadas em cinco eixos que contemplam as dez dimensões: Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional Dimensão; Eixo 2: Desenvolvimento Institucional; Eixo 3: Políticas Acadêmicas; Eixo 4: Políticas de Gestão e Eixo 5: Infraestrutura Física.

Nesse contexto, o ENADE surge como uma possibilidade de buscar melhorias no desempenho dos acadêmicos e promover reflexões e mudanças nos processos pedagógicos de ensino e aprendizagem. Ainda pretende gerar novos hábitos de ensinar e instigar o desenvolvimento cognitivo, de valores e de comportamentos na educação superior, tendo em vista a publicidade pelo Ministério da Educação do resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de seus cursos. Porém, o que observa-se na prática com a publicidade dos resultados da avaliação é o efeito da competitividade, principalmente das IES privadas, o que demonstra confessadamente uma lógica mercantil no processo avaliativo do SINAES, ainda que não faça parte do seu aporte teórico-metodológico.

O planejamento de atividades interventivas em interface com o desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes dos alunos previstas para o processo de avaliação de qualidade demandadas pelo poder público também se volta para uma exigência de qualidade presente no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

O ENADE é uma realidade na avaliação da Educação Superior e é assumido pelas IES, tendo a perspectiva de que a educação brasileira é marcada pelas tendências liberais,

ora conservadora ora renovada, e que tem o intuito de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais. Diante desta realidade, no mundo contemporâneo, são exigidas novas atitudes docentes e das IES, tal como cita Libâneo (2010, p.31), “dispor de práticas de ensino intencionais e sistemáticas de promover o “ensinar a aprender a pensar”, isso faz parte de uma nova perspectiva de educação atual “quicá” promovida pelos processos de avaliação.

Gadotti (2013) apresenta o tema da avaliação da qualidade na educação sob o ângulo da adequação de melhores estratégias para alcançar velhos objetivos instrucionais em função de um currículo em mudança, precisando ser encarada de forma sistêmica, inovadora e sustentável.

Observa-se que o SINAES está em ascendência, na medida em que está implantado na contradição regulação e emancipação. Por um lado, temos a sustentação da avaliação na autoavaliação construída pela IES com a participação da comunidade acadêmica, por outro, temos os índices de qualidade a partir dos resultados da avaliação de desempenho como definidores de políticas para as IES privadas como FIES, PROUNI e outras, o que de certa forma tem transformado o SINAES em uma prática de avaliação competitiva e em atendimento aos princípios mercadológicos.

Esta percepção converge para as afirmativas de Libâneo quanto à consciência do desempenho do papel social de professores e alunos tornando evidente um esforço coletivo da comunidade escolar na condução de práticas intencionais e sistemáticas de ensino (LIBÂNEO, 2010, p. 30-35). Estas conjecturas apontam para um quadro premeditado e explícito de criar possíveis transformações socioeconômicas, políticas e culturais no país através da implementação de um Sistema de Avaliação Nacional, que na prática tem constituído em seu escopo o controle, a regulação e a fiscalização que propõem através desta lógica, uma promoção da qualidade e formação na educação superior.

Diante desses pontos cabe aqui analisar, se este sistema realmente atende à demanda da busca de uma educação superior formativa, humana, politizada que prepara o sujeito para a vida social visando seu bem estar e, por fim, uma formação de qualidade social, ou atende somente às estratégias de controle das elites dirigentes neoliberais que tem profunda autoridade e autonomia deliberativa na educação nacional, as quais remodelam e reestruturam o sistema para condução da formação geral dos cidadãos evidenciando o mercado de trabalho como propõe a ordem mundial.

3 OS ORGANISMO MULTILATERAIS – ACEPÇÕES INTERVENCIONISTAS GERAIS

Os organismos multilaterais são entidades internacionais que tem a finalidade de mediar relações entre países interligados, tendo em vista acordos de cooperação, financiamento e de intervenções sistemáticas relacionadas a múltiplas demandas, como: desenvolvimento energético; avanço científico-tecnológico; financiamento de projetos infraestruturais; combate à pobreza; segurança; mercado; indústria; e entra também nesse rol de intervenção-mediação, com caráter muito relevante e profundamente tendencioso a Educação.

O Banco Mundial – BM é um dos organismos internacionais mais atuantes na economia e nas políticas gerais dos diversos países coligados. As atividades do BM, tiveram seu início à partir de 1944, após a segunda Guerra Mundial na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods. Estão incorporadas a este órgão, cinco intuições que formam a entidade de modo geral, que são: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD; a Agência Internacional de Desenvolvimento - AID; a Corporação Financeira Internacional - IFC; a Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais – Miga; e o Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos - ICSID. O Banco Mundial juntamente com o Fundo Monetário Internacional - FMI, se tornaram historicamente, os principais organismos externos de financiamento internacional e que determinam os países que são dignos para receber crédito (SILVA, 2002 p. 99).

A lógica imperativa de apoio financeiro para reconstrução, como aconteceu no pós guerra, de desenvolvimento das economias arruinadas, erradicação da fome, de educação para todos, o intuito de eliminar o analfabetismo no mundo, entre diversos outros pontos, consistem em premissas básicas que foram sendo arquitetadas e incorporadas com o passar dos anos no discurso caridoso dos organismos multilaterais, principalmente do Banco Mundial e também do FMI à partir das décadas de 60 e 70, especialmente voltados para os países Latino-Americanos e também o Brasil.

A ótica proposta por Silva (2002) na obra *Intervenção e Consentimento* - a política educacional do Banco Mundial, visando as relações dos países da América Latina com os organismo multilaterais, lembra que essas Instituições são guardiãs dos interesses do capital.

Nunca é demais esclarecer que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são instituições financeiras guardiãs dos interesses do capital e

não entidades filantrópicas. Os seus diretores executivos são membros dos países capitalistas avançados e as duas instituições estão desenvolvendo, na região, papéis políticos como co-gestores dos governos (SILVA, 2002).

Cabe ressaltar, que a lógica do BM e do FMI atendem aos interesses e agem em benefício do capital mundial e do mercado internacional, tendo como principais acionistas, superpotências econômicas, como: Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Canada, Itália, Japão e China, que o papel deliberativo político-legal sancionados por estas organizações aos países que recebem financiamentos e apresentam um profundo interesse de desenvolvimento de suas próprias economias.

O viés intervencionista do Banco Mundial e do FMI, condicionam as mais diversas proposições deliberativas nos diversos setores políticos, econômicos e sociais dos países e instituições, que levam, a um nexos constante de adequação e determinações político-legal de reformas de cunho mercantilista e neoliberal nos países. Essas intervenções se apresentam nitidamente nos planejamentos de estabilização e de reformas econômicas e sociais (inclusive na educação), propostas nos acordos multilaterais, como fundamentais para o desenvolvimento integral de países como o Brasil (o primeiro empréstimo brasileiro foi em 1946), que firmam acordos de cooperação e aceitam as cláusulas contratuais estabelecidas para os financiamentos externos.

Para entrarmos nas discussões sobre as reformas dos Planos de Estabilização propostos pelos organismos internacionais aos países latinos e também ao Brasil, tendo como pauta essencial a educação, cabe ressaltar que,

É importante fixar que os nexos entre o campo econômico e o educacional internos têm igual correspondência com o Plano de Estabilização Econômica e Desenvolvimento e as deliberações contratuais invioláveis do FMI e do Banco Mundial. Em outras palavras, as reformas na educação não são estranhas ou contraditórias ao Plano de Estabilização, ao contrário, estão em consórcio com os objetivos econômicos, contribuindo para a reestruturação produtiva e, sobretudo, para criar as condições políticas necessárias a uma estabilização prolongada (LEHER, 1998, p. 228, apud SILVA, 2002).

A ideologia neoliberal faz parte do repertório de princípios fundamentais e das ações intervencionistas do Banco Mundial e do FMI no cenário internacional. O alvo primordial e direto, previsto como foco essencial para propostas de reformas diante do seu padrão de ingerência é o “estado”. As propostas reformistas promulgadas por estes organismos internacionais estão basilarmente relacionadas à redução dos campos de ação do estado, privatização de empresas em diversos setores tais como a saúde, a previdência e a área da educação (IANNI, 2004, p. 52, apud ARAUJO, 2012, p. 62).

As conjunturas expostas das intervenções deliberativas em diversos setores do estado, agora com vistas à educação em nível superior, tem algumas prerrogativas que demandam maiores análises, tais como: a redução dos investimentos públicos neste setor, a submissão e abertura indiscriminada ao âmbito econômico e do “mercado educacional”, a vinculação da formação superior com a produção nacional (SOBRINHO, 2002, p. 23), entre diversos outros fatores merecem um aprofundamento reflexivo. Porém nesse texto, analisamos as questões sobre o processo avaliativo sustentado pela lógica neoliberal que privilegia o controle, a classificação das instituições - quantitativa e pouco qualitativa - e também a concorrência muitas vezes desleal e negligente, emanada principalmente na iniciativa privada. Essas são questões subsequentemente discutidas concatenadas com o Sistema de Avaliação proposto em nosso país.

4 AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO E OS ORGANISMOS MULTILATERAIS: REGULAÇÃO E CONTROLE DE MERCADO

No ano de 1999 em Seattle - EUA, a Organização Mundial do Comércio - OMC realizou novamente uma de suas reuniões anuais, mais de 135 países participaram da conferência e a inclusão de novas áreas econômicas a serem tratadas no encontro, cunharam algumas peculiaridades discursivas as quais promulgavam que,

[...] chegou o momento da educação fora da escola e a liberalização do processo educacional assim possibilitada levará ao controle do ensino por prestadores de serviços mais inovadores do que as estruturas tradicionais. Sob forte pressão dos interesses econômicos, está começando um processo de desregulamentação dos sistemas de ensino (HISRT, 2000, p. 15 apud SILVA, 2002).

Adotando a linha de juízo proposto por Leher (1998, p. 202, apud, SILVA, 2002), o Banco Mundial em 1984, transformou-se no Ministério da Educação dos países latino-americanos, este sobrepôs-se à Organização das Nações Unidas para a Educação - UNESCO com seu ideário-pedagógico, e impôs à essas nações com grande relevância ao Brasil nas últimas décadas o seu projeto educacional economicista, excludente, antidemocrático e hierarquizador com perfil neoliberal.

O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, através de suas estratégias de intervenção e de práticas contratuais de certo modo extremamente coercitivas e punitivas, criam um cenário que obriga o consentimento político-legal e de reformas cunhadas aos países aliados - principalmente os estados latino-americanos - através da

imposição de suas prescrições econômicas, culturais, socioeducacionais e ideológicas, causando grandes problemas a esses países (Idem, 2002).

A criação de um campo propício de intervenção e implementação de uma cultura e de um perfil economicista na educação do Brasil pelos organismos multilaterais e com o consentimento e alinhamentos internos com as políticas internacionais, possibilitou a redefinição do SINAES como sendo um grande recurso estratégico para o estabelecimento de um projeto neoliberal e mercadológico na educação superior.

Como aborda Felix (2011, p. 202):

Assim o que é imediatamente visível aponta-nos para um cenário de adoção de uma cultura avaliativa induzida pela criação de sofisticados mecanismos regulatórios, os quais suspeitamos que estão a colaborar para a consolidação do modelo de educação pretendido pelos organismos internacionais, visto a legitimação das práticas e competências dos processos de avaliação implementados pelo estado.

A transfiguração evolutiva e histórica dos processos e programas avaliativos da Educação Superior no Brasil, está consonante com os discursos estratégicos de controle e de regulação do estado que se dão por meio da avaliação do sistema educacional. Aqui serão citados apenas a título de exposição algumas estratégias e programas responsáveis pelas implementações das ações de avaliação da Educação Superior, a partir da década de 80, que são:

- O Programa de Avaliação da Reforma Universitária - PARU - de 1983;
- A Comissão Nacional de Reformulação da Educação Superior de 1985;
- O Grupo Executivo para a Reforma da Educação Superior - GERES - de 1986;
- A Secretaria de Educação Superior - SESu -, com início dos anos 90;
- O Programa de avaliação institucional da Universidade Brasileira – PAIUB de 1993;
- O Exame Nacional de Cursos, que ficou popularmente conhecido como Provão de 1995;
- O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES de 2004.

Fazendo alusão à educação superior, como aborda Dias Sobrinho (2002, p. 167), “o crescente controle é uma resposta ao aumento da responsabilização da educação e de modo particular dos professores pelo enfraquecimento da competitividade da economia e das crises políticas no âmbito dos estados capitalistas”. A culpabilização aqui exposta, cria um campo propício para as receitas salvacionistas dos discursos neoliberais e privatistas na educação superior, que propõem reformas através de um sistema de

avaliação que claramente adquire o discurso de processo necessário para o diagnóstico e para as reformas imperativas em busca de uma educação de qualidade.

Acompanhando o pensamento de Dias Sobrinho, sobre o procedimento avaliativo controlador e regulador,

Está se tornando cada vez mais claro que as avaliações são instrumentos essenciais às reformas de fundo econômico e social que os Estados empreendem; elas fazem parte, mesmo que de modo difuso e ainda desarticulado, das preocupações das sociedades (Dias Sobrinho, 2000, p. 125). Com efeito, avaliação pode ser um poderoso instrumento dos governos neoliberais, produzindo, entre outras coisas, o favorecimento de políticas franca ou veladamente privatizantes (Dias Sobrinho, 1999, p. 61).

Diante do perfil controlador que o *estado* adquire ao se entregar às premissas ideológicas e políticas de organismos multilaterais e neoliberais, e inscrever-se como uma peça chave para a hegemonização deste ideário, o estado se torna um organismo ávido por avaliar, controlar e regular todas as ações das esferas que o compõem. Diante disto, o trabalho de transformação ideológica populacional - principalmente os atores educacionais - também é elaborado por diversos meios principalmente através dos recursos midiáticos, que são artifícios fundamentais no condicionamento e trabalho ideológico social. E assim, a população e a comunidade acadêmica passa a aceitar servilmente o processo avaliativo - meritocrático, excludente, tecnocrático, quantitativo e pouco qualitativo - que atende a uma demanda notadamente mercantil, como algo necessário para o desenvolvimento da educação de modo geral.

5 ABRINDO O DEBATE PARA NÃO FINALIZAR

As análises reflexivas aqui estabelecidas não tem o intuito de tecer considerações finais, mas sim de fazer alusão a alguns pontos que devem ser tomados como balizadores e norteadores de ponderações sobre o nexos estabelecido pelo SINAES, publicizando o debate.

Os discursos densamente propagados nas mais diversas IES do país, com foco nas instituições privadas, são confessadamente tomados por um aspecto mercantilizado. Para tanto, alunos hoje são vistos como clientes, cursos como produtos trabalhados por meio do marketing cada vez mais contundentes, professores que recebem a alcunha de colaboradores, avaliação burocrática para o controle de qualidade - termo muito utilizado nos meios fabris - é vista como primordial no processo, meritocracia e produtividade são premissas básicas de gestão acadêmica. Esses são alguns fatos que corroboram com a

adesão do ideal mercadológico na educação superior. As IES tem como foco a melhoria dos índices de qualidade que estão atrelados aos financiamentos e a sobrevivência no mercado.

Nesse contexto, o SINAES toma uma dimensão que vai para além da busca da qualidade, ele redefine o projeto institucional em função de uma qualidade global e não local. Assim, a avaliação não está desconexa do perfil neoliberal de gestão. A *avaliação-controle* termo utilizado por Dias Sobrinho (2002, p. 181), precariza o processo de ensino-aprendizagem, no que diz respeito aos processos avaliativos nos moldes atuais. Outros problemas também são mencionados pelo autor, referentes aos processos de avaliação quanto uma estratégia estatal de controle e regulação, tais como: o tecnicismo da avaliação, as determinações externas para os currículos, o incremento de um currículo oculto de cultura de testes, o uso de rankings para estimular a competitividade, a distribuição de recursos como bolsas e financiamentos para alguns setores fundamentais que servem ao desenvolvimento do mercado, e pôr fim a mecanização do ensino. Estes são apenas alguns dos pontos que tem profunda influência nas IES, criados pelo sistema de avaliação implementado na educação superior do Brasil.

Na sua implementação o SINAES manifesta-se hoje como um estratagema estatal de regulação e controle à distância, perfil incorporado pelos estados nos moldes globais contemporâneos. Há muitas contradições entre o SINAES na sua emergência e o que se coloca para as IES atualmente. Há contrassensos entre a autoavaliação desenvolvida pela IES e os demais procedimentos de avaliação desenvolvido pelo SINAES como: avaliação dos cursos pelos pares, ENADE, publicação dos índices de qualidade.

É preciso refletir que as ações das IES, principalmente na iniciativa privada, buscam um remodelamento de gestão acadêmica e pedagógica a partir dos resultados da avaliação, os quais invariavelmente mecanizam e criam um tecnicismo no ensino, em detrimento de elevados índices nos conceitos obtidos pelas avaliações do sistema vigente.

Os novos perfis e modelos de universidades e faculdades que surgiram à partir das influências de organismos internacionais na Educação Superior brasileira nas últimas décadas, perfazem uma realidade atual caracterizada por reformas neoliberais, como menciona Leite, (2011, p. 27):

As reformas da universidade dos anos 90, denominadas neoliberais, ocorreram em vários países, igualmente no Brasil e não se limitaram à forma da lei. Elas foram profundas e marcaram um modelo de instituição que saiu dos “muros de marfim” direto para os “braços abertos” da globalização. Os muitos braços que se abriram passaram a delinear um novo perfil. Os mercados, a

internacionalização, a avaliação e acreditação, a diversificação dos formatos de IES contribuíram para forjar outras identidades.

Nessa contextura, concluímos esse artigo abrindo o debate sobre a importância das IES fortalecerem a avaliação interna por meio da autoavaliação participativa como estratégia de ressignificar e buscar a qualidade social para a gestão, o ensino, a pesquisa e a extensão das IES. Lima (2010, p. 95) defende a tese de que a avaliação institucional participativa é um instrumento que produz espaços sociais emancipatórios e pode ser uma das vias para construir novas subjetividades/intersubjetividades, uma vez que possibilita um pensar coletivo sobre as instituições educacionais, o que pode gerar mudanças. Assim, as avaliações externas que emergem no contexto econômico de mundialização do capital com determinações de organismos multilaterais são imposições que geram ressignificações nas IES visando a qualidade na perspectiva do desenvolvimento econômico. Em contraposição, a avaliação construída pela própria IES pode gerar mudanças sociais, buscando a qualidade que preze para uma formação mais humana e prepare os sujeitos para uma vida social integral em todos seus aspectos significativos para sua existência humana.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Adilson Cesar de. Gestão, avaliação e qualidade da educação: políticas públicas reveladas na prática escolar / Adilson Cesar de Araujo – Brasília: Líber Livros; Faculdade de Educação/Universidade de Brasília, 2012.
- BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República do Brasil. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República, Brasília, DF, 05 out. 1988.
- CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico compreensiva artigo a artigo. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DIAS SOBRINHO, José. Universidade e Avaliação: entre a ética e o mercado. Florianópolis: Insular, 2002.
- FELIX, Glades Tereza. Reconfiguração dos modelos de universidade pela avaliação. In: LEITE, Denise; Braga, Ana Maria e Souza (Organizadoras). Inovação e avaliação na universidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- GADOTTI, Moacir. Qualidade na educação: uma nova abordagem. Palestra proferida no Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem. Florianópolis: fev/2013.
- LEITE, Denise. Indentidades da universidade brasileira. In: LEITE, Denise; Braga, Ana Maria e Souza (Organizadoras). Inovação e avaliação na universidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
- LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora?: novas exigências educacionais e profissão docente. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos. Avaliação institucional: o uso dos resultados – estratégias de (re)organização dos espaços de discussão na universidade. Campinas, Editora RG, 2010.
- MORAES, Reginaldo. Neoliberalismo: de onde vem e para onde vai? / Coordenação Benjamin Abdala Junior, Isabel Maria M. Alexandre. – São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2001.
- PERONI, Vera. Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos 1990. Xamã, São Paulo, 2003.
- SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; Evangelista, Olinda. Política educacional. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007, 4. ed.

SILVA, M. A. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. São Paulo: FAPESP/Autores Associados, 2002.

SILVA, M. A. *O Banco Mundial e a Política de Privatização da Educação Brasileira*. Série-Estudos - Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande - MS, n. 13, p. 97-112, jan/jun. 2002.